

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- ETP

PROCESSO Nº.	832/2024
INTERESSADO	Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO	Abertura de processo licitatório para construção de uma Unidade Básica de Saúde, localizada no Povoado Assentamento Fazenda Paraná

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar- ETP é a primeira etapa do planejamento de uma contratação pela Administração Pública e tem por objetivo avaliar a sua viabilidade, ou não, bem como identificar as melhores soluções para o atendimento da demanda.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Unidade Básica de Saúde (UBS) e demais equipamentos ligados à saúde são importantes instrumentos para o bem estar da população local. A necessidade de investimentos no setor da saúde com oferta de qualidade ao cidadão de Girau do Ponciano, é tratada pela municipalidade como demanda prioritária dentro do plano de ações, assim como o setor da Educação. Não obstante, a saúde de qualidade tem respaldo em um ambiente estruturado, capaz de permitir aos usuários e os profissionais um local propício para os atendimentos médico e de enfermagem, vacinação, cuidados materno-infantis, planejamento familiar, ações preventivas e acompanhamento de diversas doenças crônicas. A necessidade de construir esta nova unidade surge devido a uma crescente populacional, onde na sua totalidade necessitam de atendimentos pela rede de saúde pública municipal, dessa forma podendo oferecer um serviço mais qualificado e humanizado.

2. ÁREA REQUISITANTE

A demanda em análise foi requerida pelo setor administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Girau do Ponciano.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme explanado no item 1, como parte de sua estratégia, a administração reconhece a importância das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o bem-estar da comunidade. Os requisitos para contratação como termo de referência, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro deverão acompanhar o processo, estando anexos ao ETP. A contratada será responsável pela execução dos serviços, materiais, mão-de-obra, colaboradores e afins, assim como a garantia da construção pelo tempo mínimo exigido por lei.

De acordo com o Art.62 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, para habilitação das empresas licitantes deverá ser apresentado um conjunto de informações e documentos necessários e suficientes findando comprovar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, as quais serão exigidas apenas ao licitante vencedor no ato da contratação. As informações serão divididas em:



I - Jurídica:

- Apresentação de Contrato Social ou documentação correlata.

II - Técnica:

• Comprovação da licitante possuir em seu quadro técnico pelo menos 01 (um) engenheiro civil, registrado através da anotação expressa certificada pelo registro de pessoa jurídica do órgão competente CREA, como responsável técnico pela empresa licitante. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133. No decorrer da obra o responsável técnico referido acima poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração.

• Apresentação de certidão(s) ou atestado(s), regularmente emitidos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em quantidades suficientes que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Neste caso deverá ser comprovado quantidade mínima do serviço identificado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	50%
FABRICAÇÃO DE PAREDES ALVEOLARES (ESP=14CM)	M ²	1.019,02	509,51
LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10CM*. AF_07/2019	M ²	420,00	210,00
MONTAGEM DE PAREDES ALVEOLARES COM MUNCK	M ²	1.019,02	509,51
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19 CM (ESPESSURA 14 CM, BLOCO DEITADO) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M ²	319,83	159,92

Exigência em conformidade com §2º do Art. 67 da Lei 14.133

- Declaração formal indicando que possui instalações e aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.



- Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

- Declaração emitida pelo licitante de que possui pleno conhecimento do objeto e das condições de sua execução e ainda das peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por sua proposta. A visita técnica será facultativa, caso a licitante deseje realizá-la deverá apresentar o Atestado de Visita devidamente assinado pelo servidor responsável pela contratante.

III – Fiscal, Social e Trabalhista:

- Apresentação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Apresentação de certidão de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- Apresentação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Apresentação de certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

IV – Econômico-financeira:

- Apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. A documentação poderá ser apenas do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- Certidão Negativa de Pedido de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; caso a licitante apresente Certidão Positiva de Recuperação Judicial, deverá demonstrar o Plano de Recuperação, já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar a sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos neste Edital;
- Comprovação de possuir Capital Social mínimo até a data da apresentação da proposta, no valor de, pelo menos, 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, por meio de ato societário registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, ou Certidão expedida por esse órgão ou



pelo Cartório de Registro Civil, no caso de sociedade civil, ou ainda, por publicação de ata de assembleia geral, no caso de sociedade por ações, conforme disposto no § 4º, inciso II do artigo 69, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações;

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O Corpo Técnico da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável realizou o levantamento quantitativo e orçamentário da obra baseando-se na planilha de composições de serviços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Alagoas, Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE) do Estado de Sergipe, Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA) do Estado do Ceará, data base Janeiro/2024, não desonerado. A planilha quantitativa e orçamentária que compõem o ETP estão em anexo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se de regime de Contratação Indireta não integrada, na qual a Administração transfere a execução do objeto à terceira pessoa (contratada), porém sendo fornecido à Contratada todo suporte (Termo de Referência e detalhes Executivos) necessário para execução da construção, cabendo à contratante a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo ao contratado a responsabilidade dos encargos civis, trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido, cuja execução indireta é vedada.

A contratação enquadra-se em serviços especiais de engenharia, não continuado mediante licitação, na modalidade “Concorrência” com fulcro nos Artigos 6, inciso XXXVIII e 29 da lei nº14.133/21, possuindo ainda as seguintes características;

- Modalidade adequada para obra especial de grande vulto;
- Pré-qualificação técnica para desempenhar execução da obra;
- Maior competitividade entre as licitantes.

Dessa forma, considerando o tamanho e o valor da obra a ser executada, a solução que melhor se descreveu para o objeto a ser contratado foi o modelo de licitação (Concorrência).



6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E VALORES

Conforme mencionado no item 4 o memorial de cálculo e o levantamento de mercado foram realizados de acordo com a planilha de composições de serviços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Alagoas, Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE) do Estado de Sergipe, Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA) do Estado do Ceará, data base Janeiro/2024, não desonerado. As planilhas com o levantamento quantitativo, financeiro e cronograma do prazo de 06 (seis) meses para a execução da obra estão anexas ao ETP.

A partir desses dados foi possível apurar o valor total global estimado para a construção da nova Unidade Básica de Saúde (UBS) de R\$ 1.336.184,64 já incluído os Benefício e Despesas Indiretas (BDI) de 20,35%, conforme os limites atribuídos no Acórdão 2622/2013 – Tribunal de Contas da União (TCU).

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em exame da natureza do objeto que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento (não parcelamento), devendo prevalecer a regra geral de parcelamento como forma de garantir maior flexibilidade na execução da obra. Embora a ideia seja não parcelar a obra como um todo, será possível que a empresa contratada (empreiteiro principal) subcontrate parte do trabalho para subempreiteiras especializadas. Contudo, é importante que essa subempreitada esteja em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis, e o empreiteiro principal continue sendo o responsável pelo gerenciamento total da obra.

Em resumo, o "não parcelamento de obras" será um fator prejudicial para a execução do objeto, pois enfatiza a importância de tratar a obra como uma unidade integrada, enquanto que o "parcelamento" permite a contratação de empresas especializadas para realizar partes específicas do projeto. Esse arranjo é comum na construção civil e pode envolver diferentes especialidades (subcontratações), como por exemplo serviços elétricos, hidráulicos, entre outros.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/ OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade/demanda de contratações correlatas ou interdependentes no presente objeto desta contratação.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O projeto básico bem como todos os elementos técnicos necessários para a execução da obra foi desenvolvido e aprovado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável. O serviço objeto dessa contratação será financiado com recurso oriundo de uma emenda parlamentar, pela proposta de nº 11277.5990001/24-005, conforme apresentado em anexo ao ETP.



11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A construção da nova Unidade Básica de Saúde (UBS) trará diversos benefícios para a sociedade. Estes incluem a adequação às necessidades presentes e futuras da infraestrutura física, proporcionando melhor acesso para portadores de deficiências, idosos e gestantes. A construção da nova unidade permitirá maior número de atendimentos aos usuários, pois comportará mais profissionais/estagiários. A expansão também implicará na criação de novos empregos, dado que mais colaboradores serão contratados para desempenhar funções adicionais.

12. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS E FISCALIZAÇÃO

Todo o corpo técnico do setor de obras está apto e capacitado para a fiscalização e gestão do contrato da obra. As medidas de fiscalização in loco são uma das mais importantes para o correto desempenho das etapas da obra. O responsável pela fiscalização estará disponível para sanar quaisquer outras dúvidas que por ventura a contratada tiver. Vale ressaltar que não poderão ser realizadas alterações no projeto básico sem o consentimento do corpo técnico capacitado da administração pública. O fiscal da obra terá livro de registro para anotações de possíveis ocorrências, o qual ficará anotado toda e qualquer eventualidade ocorrida no decorrer da construção. Da mesma forma, a contratada deverá manter em seu registro diário de obra.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

De acordo com o termo de referência, a área de implantação da nova unidade de saúde já é urbana e não terá problemas de impactos na vegetação, como desmatamento, tendo em vista que o espaço só há vegetação rasteira do tipo gramíneas. Todos os resíduos sólidos de construção que forem gerados ao decorrer da obra serão constantemente carregados e transportados para o aterro regular de resíduos sólidos que o município possui. Outro fator importante a ser mencionado está relacionado à área permeável que será mantida na parte externa da edificação. Será plantado uma grande área de gramíneas externamente, permitindo assim a percolação da água no solo, minimizando qualquer impacto referente ao acúmulo de água sobre o arruamento e/ou dutos de rede pluvial municipal. A respeito da possível poluição do solo, por meio de produtos químicos, o corpo técnico da secretaria estará responsável por fiscalizar a aplicação desses produtos e seu correto descarte.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas informações coletadas durante o estudo preliminar, conclui-se de forma favorável a implantação da nova unidade básica de saúde no assentamento fazenda paraná. Como mencionado anteriormente, diversos elementos sustentam a viabilidade do projeto, tais como: a criação de empregos durante e após a construção, melhoria da qualidade de vida para os residentes do bairro beneficiado, incremento do bem-estar da população de Girau do Ponciano, além de melhorias nos indicadores demográficos, socioeconômicos, de mortalidade, morbidade e fatores de risco. O impacto ambiental é praticamente mínimo. Em suma, o investimento é justificado pelo fato de que o acesso à saúde é um direito fundamental essencial que está ligado à garantia de qualidade de vida, sendo um dos



**SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
PREFEITURA DE GIRAU DO PONCIANO

direitos básicos da população. Por fim, a equipe da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável opina como viável abertura do processo licitatório para contratação de empresa especializada para realização dos serviços.

15. ANEXOS

Rol de documentos anexos.

- Anexo I - Mapa de riscos.

Girau do Ponciano/AL, 29 de abril de 2024.

Ítalo Hugo Pereira Braga
Engenheiro Civil

Victor Farias Nascimento
Engenheiro Civil

José Keivin

Lenner Sandes Farias
Engenheiro Civil